

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEP (BIÊNIO 2025/2027).

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco (09/09/2025), às 7h30min, nas dependências da Casa dos Conselhos do Município de Sorriso-MT, situada na Rua Marechal Cândido Rondon, nº 2.311, Bela Vista, nesta cidade, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, referente ao biênio 2025/2027, convocada na forma da Lei Municipal nº 1.938/2010 e do Estatuto Social do Conselho, conforme convocação previamente divulgada, via grupo de WhatsApp, com a seguinte **pauta**: I EXPEDIENTE – I.I) Coleta de assinaturas pendentes da Ata nº 03/2025; I.II) Leitura, Discussão, Aprovação e Assinatura da Ata nº 04/2025; I.III) Leitura das correspondências; II) Apreciação da demonstração contábil do 1º semestre de 2025 e avaliação da situação econômico-financeira do FUNSEP; III) Palavra Livre / Demais Assuntos Pertinentes e Pauta da Próxima Reunião e IV) Resoluções. A reunião foi conduzida pelo Presidente do Conselho, Sr. Euler Oliveira Ribeiro. Iniciando os trabalhos, foi realizada a acolhida dos presentes, seguida por uma Oração Universal conduzida pelo Presidente. Em seguida, foi realizada a verificação de quórum. Constatada a presença da maioria dos membros titulares, o Presidente Euler declarou aberta a reunião. A relação nominal dos presentes consta no registro de assinaturas anexo, conforme segue: ÁREA GOVERNAMENTAL – Marcelo Magalhães e Priscila Costa Abreu (Poder Executivo/SEMSEP), TEN CEL PM Jorge Almeida (12º BPM), TEN CEL Vitor Hugo Cabelho (1ª CIA/PMFT), Major BM Leandro Cuiabano Kunze (5º BBM), Edson Carlos de Carvalho (CIRETRAN), Aline Vieira Rodrigues (POLITEC), Felipe Dias Mesquita (PRF). E da SOCIEDADE CIVIL – Rudimar Rommel (OAB), Euler de Oliveira Ribeiro e Janone Pereira (Maçonaria), Alex Toigo (Igreja Católica/Paróquia São Pedro Apóstolo), Anderson Mathias (ACES), Cesar Augusto Mesquita de Lima (Assoc. Comunitária – B. Pinheiros I), Charles Buhl Schilling (Lions Clube), Michele Soares Veiga (Assoc. Profissional – ASSENARTS), Gilvano de Ávila (CONSEG). Registrou-se a ausência justificada dos representantes das seguintes instituições: Centro de Ressocialização – CRS, CIOPAER, membro titular da OAB. Registrou-se a ausência sem justificativa dos representantes das seguintes instituições: PJC, CDL, Conselho Evangélico. Registrou-se a presença dos seguintes **convidados**: Nerci Adriano Denardi, Secretário Municipal de Segurança Pública e Mônica Viegas da Costa Campos Almeida, secretária executiva (Casa dos Conselhos). Na sequência, o Presidente Euler saudou a todos e deu início à pauta estabelecida. I) EXPEDIENTE: I.I) **Coleta de assinaturas pendentes da Ata nº 03/2025**: realizou-se a coleta de assinaturas dos (as) conselheiros (as) que ainda não haviam assinado a Ata nº 03/2025, referente à 3ª reunião ordinária. O Presidente deu sequência ao **subitem I.II) Leitura, discussão, aprovação e assinatura da Ata nº 04/2025**: A referida ata, relativa à reunião anterior, foi previamente disponibilizada aos (às) conselheiros (as) para conhecimento. Não havendo manifestações quanto a correções ou alterações, o Presidente propôs a dispensa da leitura, sendo a sugestão acolhida por todos (as). Assim, a ata nº 04/2025 foi aprovada por unanimidade pelos (as) presentes. Em seguida, tratou-se do **subitem I.III) Leitura**

41 **de Correspondências Emitidas: Mensagem via WhatsApp:** Registrou-se o envio, em
42 14 de julho de 2025, de mensagem aos responsáveis pelas instituições Polícia
43 Rodoviária Federal (PRF), Polícia Judiciária Civil (PJC) e CIOPAER, reiterando a
44 solicitação de envio dos planos de aplicação pendentes. **Ofício COMSEP nº 05/2025:**
45 Registrou-se o envio, em 07 de agosto de 2025, à Secretaria Municipal de Segurança
46 Pública (SEMSEP), por meio do qual foi comunicada a aprovação das solicitações
47 apresentadas pela Força Tática e pela Delegacia de Polícia Judiciária Civil, em
48 conformidade com a deliberação do Conselho Municipal de Segurança Pública. **Ofício**
49 **COMSEP nº 06/2025:** Registrou-se o envio, em 21 de agosto de 2025, à SEMSEP, por
50 meio do qual foi comunicada a aprovação da solicitação constante no Ofício nº
51 2025.5.247355, apresentada pela Delegacia de Polícia Judiciária Civil. **Ofício COMSEP**
52 **nº 07/2025:** Registrou-se o envio, em 02 de setembro de 2025, à SEMSEP, por meio do
53 qual foi comunicada a aprovação, em 4ª Reunião Ordinária, do fornecimento mensal de
54 itens de gênero alimentício no valor de R\$ 1.500,00, conforme solicitação constante no
55 Plano de Aplicação apresentado pela 1ª Companhia de Força Tática. **Subitem I.III)**
56 **Correspondências recebidas: 16/07/2025 – E-mail do CIOPAER:** Registrou-se o
57 recebimento de e-mail, por meio do qual o CIOPAER encaminhou seu Plano de
58 Aplicação. **21/07/2025 – E-mail da Polícia Civil:** registrou-se o recebimento de e-mail,
59 por meio do qual a Polícia Civil encaminhou seu Plano de Aplicação. Ressaltou-se,
60 entretanto, que permanece pendente o envio do plano por parte da PRF. **04/08/2025 –**
61 **Ofício nº 2025.5.227336/DP Sorriso:** Registrou-se o recebimento do ofício, por meio do
62 qual a Delegacia de Polícia solicitou o fornecimento de material de expediente para o
63 mês de agosto. **21/08/2025 – Ofício nº 2025.5.247355/DP Sorriso:** Registrou-se o
64 recebimento do ofício, por meio do qual a Delegacia de Polícia solicitou o fornecimento
65 de material de expediente para o mês de setembro. O Presidente Euler informou que,
66 diante da ausência de reunião e do descompasso entre a data de fornecimento, a
67 necessidade urgente, autorizou o atendimento aos pedidos constantes em ambos os
68 ofícios da Delegacia de Polícia Civil. Destacou que a decisão considerou a urgência do
69 prazo, visto que, caso fosse aguardada a deliberação em reunião, não seria possível
70 suprir a demanda de forma tempestiva. Na sequência, a conselheira Priscila esclareceu
71 os trâmites referentes ao fornecimento junto ao Almoxarifado Central, destacando que o
72 prazo de solicitação e o de atendimento por parte do departamento não coincidem com
73 a data das reuniões do Conselho. Em seguida, a secretária Mônica procedeu à leitura
74 dos itens constantes nos ofícios encaminhados pela Delegacia, os quais foram
75 compreendidos e aprovados sem ressalvas. Na continuidade, o conselheiro Anderson
76 lembrou que, em reuniões anteriores, havia sido deliberado que as instituições
77 deveriam encaminhar seus planos, a fim de subsidiar o planejamento da gestão do
78 FUNSEP, decisão esta devidamente registrada em ata. Questionou, então, se todas as
79 instituições haviam cumprido essa determinação. A secretária Mônica respondeu
80 afirmativamente, apresentando o arquivo unificado em formato PDF e ressaltando que a
81 única instituição que não enviou seu plano foi a PRF. Na sequência, a conselheira
82 Priscila informou que os pedidos solicitados na reunião anterior foram devidamente
83 atendidos, destacando o fornecimento de material de limpeza e a aplicação de insulfilme

na sede da Força Tática. Registrou-se, ainda, o recebimento do **Ofício nº 587/2025/SEMSEP**, por meio do qual foi encaminhada a prestação de contas do 1º semestre de 2025 do FUNSEP. Adiante, o Presidente deu sequência ao **item II) Apreciação da demonstração contábil do 1º semestre de 2025 e avaliação da situação econômico-financeira do FUNSEP**, concedendo a palavra à equipe da Secretaria para explanar sobre a matéria. Atendendo aos incisos XIII e XIV do Art. 2º da lei vigente, a Sra. Priscila Costa Abreu apresentou a prestação de contas do FUNSEP referente ao 1º semestre de 2025 (cf. **anexo**), previamente encaminhada no grupo de WhatsApp. Apresentou a distribuição do orçamento do FUNSEP para o exercício de 2025, que totaliza R\$ 1.879.000,00, informando que, até o momento, já foram gastos R\$ 744.983,14. Na ocasião, Priscila acrescentou que, a partir do mês de julho, a unidade da Polícia Militar deixou de solicitar itens de gênero alimentício e destacou que, nos últimos anos, houve um aumento exponencial na folha de pagamento com terceirizados, cujo custo médio mensal é de aproximadamente R\$ 76.000,00. Ressaltou, ainda, que, caso essa despesa seja mantida, os recursos do Fundo serão insuficientes no próximo exercício. Na ocasião, os conselheiros manifestaram tanto concordância quanto divergências em relação à análise apresentada. O conselheiro Janone questionou acerca da função desempenhada pelos terceirizados e se o Estado não dispõe de concurso para essas vagas. Priscila sugeriu que o Conselho solicite o pronunciamento do responsável pela Polícia Civil a respeito, adiantando, contudo, que, via de regra, tais profissionais exercem a função de escrivão *ad hoc*. A conselheira Aline esclareceu, ainda, que em todas as unidades de segurança os cargos e funções correspondem à área meio, mencionando, como exemplo, os lotados na POLITEC. Destacou que esses não são ocupados por concursados, uma vez que os cargos de nomeação pelo Governo se destinam exclusivamente às atividades fim. Acrescentou, ainda, que, na ausência desses servidores contratados, seria necessário remanejar um servidor efetivo para a realização de atividades burocráticas, tais como protocolo, recebimento de material, entre outras. O conselheiro Janone compartilhou sua experiência, na qualidade de advogado, ao necessitar dos serviços da delegacia, afirmando perceber, na prática, a diferença na qualidade do serviço prestado por um escrivão estagiário. Em sua opinião, o estagiário não possui a experiência necessária para o exercício da função. Dito isso, justificou o motivo pelo qual gostaria de saber qual é o salário e quem são as pessoas que estão desempenhando essas funções. Ressaltou que gostaria de ter conhecimento acerca dos servidores e de suas respectivas atribuições, a fim de verificar a compatibilidade com a remuneração percebida. Diante do questionamento, Priscila informou que, na semana anterior, a equipe da Secretaria realizou fiscalizações nas instituições a fim de conhecer os servidores e verificar o desempenho de suas funções, e na ocasião, estavam todos trabalhando. Com relação ao salário dos servidores lotados na Polícia Civil e no Centro de Ressocialização, informou que o valor pago ao terceirizado é de aproximadamente R\$ 3.800,00, enquanto o repasse à cooperativa ou empresa terceirizada é de R\$ 6.700,00. Acrescentou que, para o próximo ano, mesmo sem reajuste salarial, o custo total será de R\$ 912.000,00, sendo que o orçamento deste ano com terceirizados foi de R\$ 900.000,00. O conselheiro César Augusto recordou que,

127 após apreciar o material encaminhado, fez uma estimativa preliminar e constatou que o
128 valor por servidor é elevado. Diante disso, manifestou interesse em compreender quais
129 são os cargos e os respectivos salários. Em resposta, Priscila esclareceu que existem
130 dois tipos de contratação: uma via empresa ou cooperativa terceirizada contratada pela
131 Prefeitura e outra via estágio. Ressaltou que os terceirizados possuem taxas
132 administrativas, o que eleva o custo total. O conselheiro César Augusto compartilhou sua
133 experiência na Procuradoria de diversos municípios, ressaltando que nunca havia
134 presenciado a contratação de tantos terceirizados via cooperativa como a verificada
135 atualmente. Acrescentou que, em sua avaliação, tal prática não encontra amparo jurídico
136 e questionou se o Estado não fornece esses servidores. Destacou, ainda, que esse tipo
137 de despesa compromete a maior parcela do orçamento do Fundo. Em sua opinião, o
138 Conselho deveria atuar politicamente, articulando-se com os vereadores para aumentar
139 o orçamento do Fundo, bem como requerer ao Governo do Estado a disponibilização de
140 servidores para as funções administrativas nas instituições, de modo que os recursos do
141 FUNSEP possam ser direcionados a outros programas e políticas públicas de âmbito
142 municipal. Ressaltou, por fim, que sua manifestação não constitui crítica às forças de
143 segurança, reconhecendo que estas realizam o máximo possível com os recursos
144 mínimos disponíveis. Diante do questionamento, o Secretário Municipal de Segurança,
145 Sr. Nerci Adriano Denardi, manifestou-se sugerindo a convocação do Secretário de
146 Administração, a fim de prestar os devidos esclarecimentos. O Comandante do 12º
147 Batalhão, Ten. Cel. PM Jorge Almeida, manifestou-se favorável à sugestão do
148 Secretário, considerando que tal questionamento não será dirimido neste momento.
149 Diante da discussão, o Presidente, Sr. Euler, afirmou que o Conselho tem como objetivo
150 buscar soluções para amenizar os problemas. Acrescentou que a gênese da questão
151 pode estar relacionada ao fato de que Sorriso é reconhecida como um município rico e,
152 por esse motivo, sempre que se solicitam recursos humanos ao Governo do Estado para
153 atuar nas unidades da cidade, este argumenta que o município possui capacidade de
154 colaborar com essa mão de obra. O comandante Jorge Almeida destacou que o
155 Conselho possui autonomia para deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo.
156 Exemplificou o município de Sinop, onde a contratação de pessoal é realizada de forma
157 semelhante por meio do CONSEG. O conselheiro César argumentou que o município,
158 por meio do Fundo, está utilizando a maior parte de seus recursos disponíveis para
159 custear servidores que são de responsabilidade do Estado. Em contraponto, a
160 conselheira Aline destacou que o custo de um terceirizado é significativamente inferior
161 ao de um servidor efetivo remunerado pelo Estado, evidenciando a relevância do apoio
162 prestado pela Prefeitura Municipal por meio do FUNSEP. O Presidente Euler observou
163 que o Conselho está iniciando o processo de apreciação e compreensão da situação por
164 meio desta apresentação, o que anteriormente não ocorria. Em seguida, propôs a
165 continuidade da apresentação, concedendo a palavra ao Secretário Municipal de
166 Segurança, Sr. Nerci Adriano Denardi, que ressaltou que a Secretaria foi criada há oito
167 anos, ainda na gestão do então Secretário Felipe Mesquita, e que, desde então, todas
168 as contas têm sido apreciadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas. O conselheiro César
169 esclareceu que sua indagação diz respeito à desproporção de um estagiário

desempenhar a função de escrivão, acrescentando que tal situação não será objeto de análise prioritária pelo Tribunal de Contas, mas sim percebida diretamente pelos usuários da Polícia Civil. O Secretário argumentou que o apontamento do conselheiro César é politicamente correto, porém ressaltou que, caso a gestão municipal se atenha apenas a essa conduta, deixando de apoiar as instituições, a população sentirá diretamente os efeitos dessa ausência. Como possíveis consequências, citou a redução do número de viaturas em circulação e a impossibilidade de a Polícia Civil manter investigadores em atividade externa, entre outras. Ponderou ainda, com base em sua experiência como militar com 30 anos de serviço, que, quando deixou o comando da Polícia Militar de Sorriso, em 2008, o efetivo era de 57 policiais. Atualmente, segundo informações do Comandante Cel. PM Jorge Almeida, esse número é de 45 policiais. O Secretário afirmou que, em razão da integração das forças de segurança, da atuação da FICO e da rápida resposta com o uso da tecnologia, atualmente não se registram ocorrências de homicídios, roubos e furtos. Ressaltou, entretanto, que ainda persiste um número elevado de acidentes de trânsito, mas que já estão sendo adotadas as providências necessárias para sua redução. Informou que solicitou a verificação da presença dos 22 contratados que atuam na Polícia Civil, constatando que todos estavam presentes. Ressaltou, entretanto, que não pretende questionar o delegado acerca desses servidores. Destacou que o Conselho pode convidar o delegado, assim como qualquer outro gestor de força de segurança, para prestar esclarecimentos e responder a questionamentos. Ressaltou, portanto, que não se pode retirar o apoio já concedido, embora limitado, lembrando que a responsabilidade principal é do Estado. Observou que, mantendo esse apoio, é possível compensar a dificuldade do Estado em acompanhar o desenvolvimento dos municípios situados ao longo da rodovia BR-163, como Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sinop. Acrescentou ainda que a Secretaria está apoiando a PRF, cedendo o prédio localizado na Praça das Fontes para que seja a sede administrativa da 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal. Ressaltou que a sede passou por adequações necessárias, custeadas pelo CONSEG, encontrando-se pronta, apenas aguardando inauguração. Salientou, ainda, que tal apoio envolve custos contínuos, uma vez que provavelmente será necessário manter um servidor em atividade no local. O conselheiro Felipe Mesquita ressaltou que, caso o apoio às instituições seja retirado, o trabalho destas se tornará inviável, acarretando prejuízos em suas atividades. Nesse sentido, sugeriu que os Conselhos CONSEG e COMSEP busquem o apoio de vereadores, deputados estaduais e do Prefeito, a fim de dialogar politicamente sobre as demandas na área de segurança, garantindo que o Estado e a União cumpram com suas responsabilidades. Ressaltou, entretanto, que, enquanto isso, não se pode retirar o apoio concedido, sob pena de as instituições ficarem com seu efetivo ainda mais defasado, uma vez que o gestor teria de deslocar um servidor de carreira para desempenhar atividade-meio. Portanto, propôs que o Conselho atue em duas frentes: uma política e outra operacional. O conselheiro Rudimar manifestou-se favorável a manutenção do apoio municipal, destacando que a atuação das forças de segurança é necessária no próprio município, onde residem os cidadãos e onde os impactos são sentidos diretamente. Recordou que o município já enfrentou situações

críticas nessa área e, por isso, ainda que a segurança seja responsabilidade do Estado, entende ser essencial a continuidade do apoio local. Quanto ao valor despendido, reconheceu que pode parecer elevado, mas ponderou que, ao se analisar o custo-benefício, mostra-se ínfimo, considerando que a segurança somente é percebida pela população quando o cidadão é vítima de um crime. Acrescentou que compreende a posição do conselheiro César ao questionar a diferença entre o valor que a cooperativa repassa aos cooperados e o montante que recebe. Contudo, afirmou que, em sua opinião, deve haver aumento tanto no repasse quanto nos recursos destinados ao FUNSEP, considerando que a segurança é prioridade. O Major BM Kunze manifestou consideração acerca da agilidade nos processos de alvarás, os quais anteriormente apresentavam atrasos, ressaltando que, com o apoio atualmente recebido através dos estagiários, tal situação deixou de ocorrer, uma vez que, anteriormente, os bombeiros precisavam se afastar das fiscalizações para desempenhar esse trabalho. Citou, ainda, os eventos realizados nos últimos meses, que demandam a emissão de alvarás e resultam no aumento da arrecadação de impostos pelo município. Solicitou que os empresários realizem essa avaliação e comparem a situação de outros municípios antes de deliberarem quanto a manutenção do apoio com estagiários e cooperados. Destacou, ainda, que a implementação de serviços e a entrega de resultados estão ocorrendo em âmbito local, razão pela qual ressaltou a importância da manutenção desse apoio. Diante do exposto, o conselheiro César esclareceu sua posição, a qual poderia ter sido mal interpretada, afirmando que, de maneira alguma, se trata de uma crítica às forças de segurança, pois reconhece que estas sempre atuam no limite de suas condições. Ressaltou, entretanto, que o fundo é extremamente limitado e que os recursos têm sido destinados praticamente apenas a esse fim. Em sua visão, o Conselho, por ser um órgão político, não deve se acomodar com essa situação, sob pena de as instituições dependerem permanentemente de estagiários para suprir suas demandas, sem avançarem além disso, e de o Conselho permanecer constantemente solicitando aumento de orçamento, entendendo que as forças de segurança merecem muito mais. Concluiu, portanto, defendendo que o Conselho deve direcionar sua atuação política para buscar soluções às diversas demandas estruturais das forças de segurança, acrescentando que, se for apenas para ratificar decisões, seria mais conveniente fazê-lo de forma remota. Acrescentou, ainda, que o Fundo foi criado por meio de lei municipal e questionou a ausência do Presidente da Câmara para discutir o aumento de seu orçamento, ressaltando que Sorriso é uma cidade rica. Expos, como exemplo, a experiência de outro município cuja arrecadação é dez vezes menor que a de Sorriso e, ainda assim, não enfrenta falta de servidores nas delegacias e demais instituições de segurança, os quais não são estagiários, mas profissionais devidamente habilitados para o exercício da função. Concluiu que, em sua opinião, o Conselho não pode se acomodar diante da situação existente em Sorriso, devendo buscar que os entes responsáveis cumpram com suas obrigações. O Presidente Euler argumentou que compreende os questionamentos do conselheiro e que, neste momento, todos estão se esforçando para compreender a situação. Acrescentou que esse questionamento deverá ser direcionado ao Secretário de Administração e, se necessário, será solicitado ao Prefeito o aumento

256 do orçamento do Fundo. Na sequência, Priscila deu continuidade à apresentação,
257 informando que encaminhará uma tabela com os valores dos salários dos servidores no
258 grupo e apresentou o quantitativo de servidores terceirizados em cada instituição,
259 distinguindo-os por função administrativa e serviços gerais. Do mesmo modo,
260 apresentou um gráfico com o quantitativo de estagiários. Respondendo a
261 questionamentos, Priscila esclareceu, ainda os trâmites do setor de compras da
262 Prefeitura. Após análise e esclarecimentos de dúvidas pelos conselheiros, avaliou-se
263 como regular a situação econômico-financeira do Fundo, registrando-se a necessidade
264 de atenção especial ao saldo remanescente para o segundo semestre. Concluindo a
265 pauta, o presidente passou ao item III) **Palavra Livre**: O Secretário de Segurança, Nerci
266 Adriano Denardi, proferiu suas considerações finais, atualizando sobre as ações de
267 infraestrutura implementadas pela Secretaria para a melhoria do trânsito, em
268 conformidade com o PAIT. Ressaltou a relevância da valorização dos policiais e agentes
269 das forças de segurança, que atuam diariamente, muitas vezes sob risco, para garantir
270 a ordem e a segurança da população, observando, entretanto, que nem sempre recebem
271 o devido reconhecimento por meio de promoções. Contribuindo com a resposta ao
272 questionamento sobre a existência de ofícios emitidos e encaminhados pelo Conselho
273 solicitando recursos humanos, o Secretário ressaltou que o Estado precisa realizar um
274 planejamento adequado para recompor o efetivo. Anderson manifestou-se indignado
275 com o recurso disponível no FUNSEP para a área de segurança, considerando a
276 prioridade que a área deveria ter, e reconheceu a relevância da existência do CONSEG.
277 O Presidente explicou que o FUNSEP foi criado de forma semelhante à conta do
278 CONSEG, destacando que a única diferença é que os recursos do CONSEG são geridos
279 de maneira menos burocrática, sem necessidade de autorização para investir o recurso
280 nas forças de segurança. Acrescentou, ainda, que, caso o Ministério Público tenha
281 interesse, pode destinar recursos ao Fundo. Gilvano explicou que, devido ao Fundo
282 possuir uma conta unificada à da Prefeitura, o Ministério Público não destina recursos
283 de TAC a essa conta, em razão de o município precisar realizar licitação e demais
284 trâmites burocráticos, diferentemente do CONSEG, no qual não há necessidade de toda
285 essa burocracia. Na sequência, o Presidente do CONSEG, Gilvano, realizou uma breve
286 prestação de contas, na qualidade de Presidente do referido conselho desde 2021,
287 destacando que já foram investidos mais de R\$ 10 milhões em segurança. Ressaltou
288 que a construção do quartel da Força Tática constitui a unidade mais moderna do estado
289 de Mato Grosso. Quanto ao projeto da nova sede do CIRETRAN, informou que vem
290 conversando com o responsável pela unidade, Edson, desde o ano passado, para
291 protocolar junto ao Ministério Público que os recursos seriam disponibilizados. Após o
292 protocolo, a Câmara Municipal, juntamente com um candidato a prefeito na época,
293 manifestou interesse em destinar recursos ao projeto, e até mesmo uma deputada havia
294 sinalizado envio de verba, o que, até o momento, não se concretizou. Concluiu afirmando
295 que não adianta esperarmos pelo Estado, pois nossos filhos e netos sofrerão as
296 consequências dessa deficiência. E deixou de se frustrar a partir do momento em que
297 assumiu a gestão do CONSEG. Diante de todas as explicações, discutiu-se a respeito
298 de dispositivos que possam contribuir para uma gestão mais ágil do FUNDO. Em

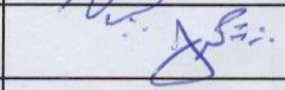
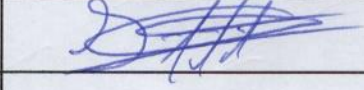
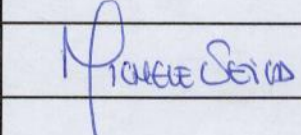
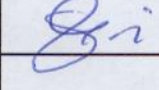
299 seguida, o Secretário de Segurança informou que a pasta protocolou um projeto de
300 aquisição de drone junto ao Ministério Público, composto por duas plataformas: uma na
301 Secretaria e outra no Batalhão da PM. Explicou seu funcionamento e afirmou que há
302 grande probabilidade de que o projeto seja viabilizado. O Ten. Cel. PM Jorge Almeida
303 informou que através do CONSEG foram investidos R\$ 4 milhões na construção do
304 quartel da Força Tática, resultado de iniciativa em buscar recursos junto ao Ministério
305 Público. Destacou, ainda, que cadastrou recentemente, no programa BAP, um projeto
306 para a reforma do quartel do 12º Batalhão, o qual deverá ser viabilizado, demonstrando,
307 assim, que outras alternativas estão sendo buscadas para atender às demandas de
308 investimentos na área da segurança. O conselheiro César concluiu suas considerações
309 sobre o tema, reiterando sua posição de que o COMSEP deve atuar politicamente, seja
310 para cobrar dos governos estadual e federal o cumprimento de suas responsabilidades,
311 seja para pleitear, no âmbito municipal, o aumento do orçamento destinado ao FUNSEP.
312 Com o esgotamento do tempo e da pauta, o Presidente registrou que o Conselho, por
313 ora, cumpriu seus objetivos em conformidade com a ordem estabelecida, destacando
314 que o debate poderá ter continuidade na próxima reunião. Ficaram registradas as
315 seguintes resoluções: convidar o Secretário Municipal de Administração para participar
316 da próxima reunião, a fim de prestar esclarecimentos acerca da contratação de
317 terceirizados destinados a atuar nas instituições de segurança pública; e convidar o
318 Presidente da Câmara Municipal para participar da reunião de novembro, com o objetivo
319 de tratar do orçamento do FUNSEP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Euler
320 Oliveira Ribeiro, declarou encerrada a reunião às 08h45min, sendo lavrada a presente
321 Ata, que contém trezentos e vinte e duas (322) linhas e oito (8) páginas, por Mônica
322 Viegas da Costa Campos Almeida. Após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

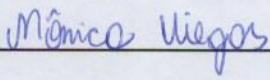


REGISTRO DE PRESENÇA 5ª REUNIAO ORDINARIA - 09/09/2025 - 07H30MIN
CASA DOS CONSELHOS

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS				
Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	MEMBRO	ASSINATURA
a	PODER EXECUTIVO - (SEMSEP)	Marcelo Magalhães de Lima	Titular	Marcelo Magalhães de Lima
		Priscila Costa Abreu	Suplente	Priscila Costa Abreu
b	CÂMARA MUNICIPAL	a indicar	Titular	
			Suplente	
c	12º Batalhão de Polícia Militar	TEN CEL PM Jorge Luiz de Almeida	Titular	Jorge Luiz de Almeida
		TEN CEL PM Jucimar Inacio	Suplente	
d	BATALHÃO DA FORÇA TÁTICA (PM)	TEN CEL PM Vitor Hugo Cabelho	Titular	Vitor Hugo Cabelho
			Suplente	
e	Polícia Civil	Bruno França	Titular	
		João Lucas Wanick M. Guimaraes	Suplente	
f	5º Batalhão de Bombeiros Militar	MAJ BM Leandro Cuiabano Kunze	Titular	
		1º TEN BM Thiago Soares Reis	Suplente	
g	Centro de Ressocialização (CRS)	Enilson de Castro Souza	Titular	
		João Edivaldo da Silva Sousa	Suplente	
h	6ª Del/PRF	Felipe Dias de Mesquita	Titular	
		Orlando Ismael Urquiza	Suplente	
i	37ª CIRETRAN	Edson Carlos de Carvalho	Titular	
		João Edvaldo da Silva Sousa	Suplente	
j	POLITEC	Aline Vieira Rodrigues	Suplente	Aline V.R.
		Nilton Carlos Dalberto	Titular	
l	CIOPAER	TEN CEL PM Arnaldo Ferreira da Silva Neto	Titular	
			Suplente	

INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	MEMBRO	ASSINATURA
a	OAB - Ordem dos Advogados do Brasil	Jiuvani Leal	Titular	
		Rudimar Rommel	Suplente	
b	MAÇONARIA	Euler de Oliveira Ribeiro	Titular	
		Janone Pereira	Suplente	
c	IGREJA CATÓLICA - Paróquia São Pedro	Leandro Fagner Marchioro	Titular	
		Alex Toigo	Suplente	
d	Conselho Evangélico de Sorriso - CES	Uelson Antônio	Titular	
		João Marçal da Silva	Suplente	
e	ACES	Anderson Mathias	Titular	
		Ivanor Luiz Dall'Igna	Suplente	
f	CDL	Alcionir Paulo Silvestro	Titular	
		Neri Armindo Riege	Suplente	
g	CLUBES DE SERVIÇO (LIONS CLUBE)	Charles Buhl Schilling	Titular	
		Selito Luis Ferrari	Suplente	
h	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	Cesar Augusto Mesquita de Lima	Titular	
		Everaldo da Rosa Santos	Suplente	
i	ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL - ASSENART'S	Michele Soares Veiga	Titular	
		Willian Lima da Silva	Suplente	
i	SINDICATO RURAL DE SORRISO	a indicar	Titular	
			Suplente	
i	CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA - CONSEG	Gilvano de Avila	Titular	
			Suplente	

SECRETÁRIA EXECUTIVA	Mônica Viegas C. C. Almeida	
----------------------	-----------------------------	--

[illegible][illegible]